

Associação Conquistas da Revolução

Nº 24 | JULHO 2019

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



EDITORIAL

EM OUTUBRO, ABRIL TEM DE VENCER

Há quatro anos houve mais de que um suspiro de alívio. Houve o corte determinante com o poder absoluto da direita, no seu ataque violento contra os trabalhadores, os reformados, os jovens a quem se apontava o caminho da emigração, as crianças que iriam ter mais dificuldades na escola, na saúde e na vida, as famílias fragilizadas e empobrecidas.

Vencemos essas batalhas porque os trabalhadores, os reformados, os homens, as mulheres e os jovens lutaram muito ao longo da existência desse governo destruidor do PSD e CDS/PP. Quatro anos, de 2011 a 2015, marcados pela troika invasora e o roubo do nosso futuro. E aqui estamos, de pé, com a consciência de que fizemos o melhor, de que não conseguimos muito do que propusémos, mas que dificultámos acordos velhos entre o PS e a direita, que abrimos novos horizontes na vida política, social e cultural.

VASCO É DO POVO!

- 04 | *Caixa, propriedade pública, gestão privada.*
- 04 | *O poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição.*
- 08 | *Como viver nesta União Europeia.*
- 10 | *A Luta dos professores em Portugal. Uma lição de confiança.*

Nada é firme e conseguido? Não deve haver ilusões de que o rigor, a organização, a exigência e as lutas devam continuar. Quem trabalha tem consciência fundamentada e serena das dificuldades enormes que a União Europeia e os seus donos, o capital maior e destruidor, e os seus paus mandados, no governo e no nosso país, nos trazem. E que tudo farão para reverter o que conseguimos. Mas cá estaremos, com lucidez e coerência, para enfrentar desafios, cedências e incapacidades de entender a complexidade do que passou e do que se passa. Os trabalhadores e suas organizações representativas aí estarão para abrir novos desígnios e caminhos de maior bem-estar, de vida diferente e liberta que merecem os que sofrem, os que não se deixam enganar, os que têm dignidade e firmeza ideológica e tudo fazem para re-humanizar

esta tão velha e atingida humanidade que é nossa e devemos defender e impulsionar. Olhar em frente e combater. Não há milagres, não há dádivas nem corações enganadores que nos impeçam de fazer o nosso trabalho, o trabalho de cada um e de todos, na luta pela liberdade e pela democracia cada vez mais atingida, contra a corrupção e o roubo de direitos, pelo futuro que teremos de construir.

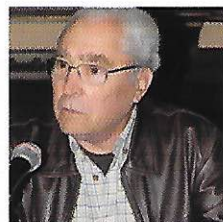
Abril em Outubro tem de vencer. E vencerá com a força dos braços e a lucidez de quem não se deixa enlevar em análises vazias e quer enfrentar com determinação revolucionária o que é necessário defender e impor.

Modesto Navarro

Vice-Presidente da Direcção da ACR



José Baptista Alves
Presidente da Direcção da ACR



Caros Associados e amigos

Passados 45 anos sobre a data histórica do 25 de Abril de 1974, impõe-se uma reflexão serena sobre o país que hoje somos.

Vivemos mais um período de grandiosas comemorações, um pouco por todo o lado - em Portugal e no estrangeiro onde existem comunidades portuguesas - com particular realce para Lisboa e Porto onde as comemorações populares encheram as ruas e praças em manifestações de excepcional pujança, alegria e apêgo aos valores de Abril.

Como é conhecido, a nossa ACR levou a cabo um ambicioso programa e com a colaboração de muitos dos nossos associados participou em sessões de esclarecimento em escolas e fez-se representar em acções comemorativas para que foi expressamente convidada - em número

que é cada vez maior, o que obrigou a não responder favoravelmente a todos por falta de disponibilidade - cumprindo a sua missão estatutária de defesa intransigente das conquistas da revolução, conquistas indissociáveis da figura ímpar de Vasco Gonçalves.

Estes são os factos que, sem margem para dúvidas, nos dão o reflexo mais relevante da nossa vida colectiva, tanto mais quanto fica provado, mais uma vez, 45 no total, com factos inquestionáveis, únicos, que os valores de Abril vieram para ficar e ficaram. E, são hoje, o que sempre foram nos 45 anos passados, o referencial de esperança do nosso povo num Futuro Melhor. Assim o entendam todos quantos se invocam desses mesmos valores, o entendam e pratiquem.

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

www.conquistasdarevolucao.pt

Caixa, propriedade pública, gestão privada

A banca portuguesa, como bem vemos, é um ninho de favorecimentos, corrupção e especulação. As aventuras que renderam milhões aos banqueiros e aos grandes grupos económicos, sempre apaniguados pelo governo de turno, custaram esses milhões inteiros, e talvez mais, aos trabalhadores portugueses. Nos últimos dez anos, os trabalhadores pagaram 18 mil milhões de euros para a banca privada e quase 6 mil milhões para a Caixa Geral de Depósitos.

Desde a falência do BPN, banco do aparelho do PSD, que temos vindo a exigir saber quem foram os reais beneficiários com o desvio dos milhares de milhões. O Grupo Parlamentar do PCP pediu mesmo que fossem conhecidos os devedores do BPN, do BES e do BANIF durante as comissões de inquérito. Isso nunca foi possível.

Mas eis que aqueles que evitaram conhecer a verdade na banca privada, agora mostram grande vontade em expor todos os problemas da CGD. Da parte do PCP, mantemos a coerência e mantivemos, por isso, a disponibilidade para conhecer os devedores da CGD. Não deixa, no entanto, de ser assinalável a repentina aposta de



PSD e CDS na divulgação de devedores do banco público, quando tudo fizeram para esconder os da banca privada.

Chegámos à inédita situação de estar o banco público exposto a um risco de imagem maior do que os bancos privados falidos. Essa estratégia coincide com o velho projecto de privatização da CGD defendido por PSD e com um objectivo mais amplo de favorecimento da banca privada que PS, PSD e CDS partilham. O ataque à CGD conhece várias formas:

O mais explícito, protagonizado por PSD e CDS com a constituição de sucessivas comissões de inquérito que expõem, pela primeira vez, um banco em funcionamento a um processo de achincalhamento público com o objectivo de atingir a própria instituição;

O menos explícito mas não menos grave, protagonizado pelo actual Governo, através de uma administração que está a converter a CGD num banco igual aos restantes do ponto de vista da gestão e da actuação no mercado, retirando-lhe qualquer componente de serviço público, a pretexto de uma recapitalização e das imposições da União Europeia. Aumento de taxas e comissões, despedimentos, encerramento de balcões e reestruturação de todo o Grupo Caixa, com custos ainda não inteiramente conhecidos para o país e para o povo, são levados a cabo em nome do lucro, alinhando a CGD com as práticas de mercado privado.

Aquilo que PSD, CDS e até BE, por vezes querem fazer-nos crer, sobre a CGD, é que o PS e um grupo organizado de malfeitores usou a CGD para se beneficiar e que o problema está nos responsáveis. Mas o problema é muito mais fundo, muito mais grave e muito mais radical.

Uma vez mais, a comunicação social e o circo político carecem de um sacrifício, de

um bode expiatório. Foi Salgado no caso BES que serviu para esconder os problemas estruturais, sistémicos e políticos do sector financeiro, das regras nacionais e da união europeia e do próprio sistema bancário capitalista. Agora é Berardo que se constitui como o rosto de uma elite parasitária que, existindo de facto, não pode apagar o facto de o problema se situar em planos muito mais profundos: a CGD foi utilizada para financiar um aumento de capital através de Berardo e para financiar grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros através dos projectos ditos de interesse nacional. No essencial, a CGD foi, tal como o Estado em geral, sugada e parasitada para financiar as aventuras da banca e dos grupos privados e isso não se deve a um só agente, mas a um sistema que é corrupto por natureza, que é o da existência de uma banca privada e o da subordinação do poder político ao poder económico, subversão que é indissociável do funcionamento do sistema capitalista e da reversão das nacionalizações e das várias conquistas constitucionais de Abril.

Miguel Tiago

Geólogo, ex-deputado na AR e membro da comissão de actividades económicas do PCP

O poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição

Segundo a Constituição da República Portuguesa, uma das importantes conquistas da revolução do 25 de abril, é o povo quem exerce o poder político, a partir das opções que faz, através do sufrágio universal, igual, direto, secreto e periódico. É neste contexto que se enquadra a importância das eleições para a Assembleia da República que decorrerão no próximo dia 6 de outubro. Será nesse momento determinante que os eleitores decidirão, pelo seu voto, o futuro próximo do país e do povo.

Importa assim recordar que a Assembleia da República, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses, tem como competências, entre outras, as de: fazer leis sobre as diversas matérias; conferir ao Governo autorizações legislativas; aprovar as leis das grandes opções dos planos nacionais e o Orçamento do Estado; vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os atos do Governo e da Administração.

No ato eleitoral que se aproxima os eleitores vão, de facto, votar em partidos políticos na medida em que, segundo a nossa constituição, são eles que concorrem para a organização e para a expressão da vontade

popular, no respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política.

Assim, e ao contrário do que alguns querem fazer crer, vamos votar, não para um eventual primeiro-ministro, mas sim em partidos políticos, elegendo deputados que têm, entre outros, como poderes: os de apresentar projetos de lei; participar e intervir nos debates parlamentares; fazer perguntas ao Governo sobre quaisquer atos deste ou da Administração Pública; requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato; requerer a constituição de comissões parlamentares de inquérito.

Esta realidade tantas vezes menorizada, por parte de quem desvaloriza a participação dos eleitores, leva a que estes, erradamente, pensem que o seu voto é apenas um mero formalismo para escolher a pessoa que vai dirigir o Governo nos 4 anos seguintes, em vez, isso sim, de promover a escolha com base na análise cuidada e atenta dos programas políticos com que cada partido se compromete, nos muitos candidatos que se apresentam,

nas ideias que defendem e projetos que anunciam. Esta tentativa de personalizar o ato eleitoral para a Assembleia da República contribui ainda, propositadamente, para a desvalorização do papel que cada partido assumiu ao longo da legislatura, o balanço entre os compromissos que assumiu e o que de facto concretizou, ou contribuiu para concretizar, as ideias e projetos pelos quais se bateu, as conquistas que alcançou, mas também o que ficou por cumprir e as razões de tal facto.

Avaliando deste modo, e não em torno de figuras, mais ou menos simpáticas, os eleitores poderiam com rigor identificar quem esteve ao seu lado, na defesa dos seus direitos e melhoria das condições de vida, por comparação com outros que, com projetos de sociedade diferente, privilegiaram a defesa de interesses particulares em detrimento dos interesses públicos.

E é por isso que importa, no momento em que se aproxima o final da atual legislatura, realçar o importante trabalho que se conseguiu ao longo destes últimos 4 anos, em que dada a correlação de forças à esquerda, e o papel assumido por vários deputados e partidos, dos quais me permito destacar, pelas propostas apresentadas, pela sua qualidade e abrangência, pela coerência e honestidade, o papel dos deputados eleitos pela CDU. Com estes deputados foi possível obter conquistas tão



importantes como a reversão de diversas privatizações que estavam em curso, entre elas a dos transportes urbanos de Lisboa e Porto, foi possível a recuperação de direitos, salários e pensões, a redução do preço dos passes sociais e o alargamento da sua abrangência, a recuperação do direito à negociação coletiva, o investimento, embora tardio e insuficiente, nos serviços públicos, etc. Bem se sabe que ainda muito falta fazer, para a crescente melhoria das condições de vida do povo, para a recuperação da qualidade dos serviços públicos, para a revitalização da economia assente na recuperação do tecido produtivo português. Iremos brevemente decidir sobre o caminho a seguir: continuar e aprofundar as conquistas dos últimos 4 anos, ou optar pelos recuos civilizacionais dos 4 anos que lhes antecederam.

Tal como consagra a Constituição da República Portuguesa, “O poder político pertence ao povo” e ele vai exercê-lo a 6 de outubro.

Jorge Alves

Vereador da CDU, Técnico do Metropolitano

Como viver nesta União Europeia

Desde criança que os nossos pais e avós sempre nos inculcaram que o medo ou receio do perigo é o modo mais comum e seguro de salvaguardarmos a nossa integridade física. Assim nos ensinaram a pegar na faca quando comemos, a descer escadas olhando para os degraus, etc, etc; enfim, uma pequena infinidade de cuidados e cautelas que em muitos casos não evitou umas quedas e ferimentos e que com eles fomos adquirindo a consciência dos riscos da vivência diária. Mais tarde fomos ensinados a distinguir o medo da cobardia, que na escola e durante a aprendizagem da vida muitos de nós vieram a reconhecer como uma falta de carácter nalguns colegas e companheiros, ao fugirem de assumir os seus actos e por vezes a autoria de frases ou palavras provocando muitas vezes prejuízos - morais e ou materiais - em nós próprios ou em terceiros. Ao analisarmos os recentes acontecimentos internacionais vimos nas atitudes e declarações de muitos dirigentes políticos, alguns deles que num passado relativamente recente, encheram de encómios e louvores as relações e investimentos feitos e a fazer na República da Venezuela, to-

marem atitudes e fazerem declarações de acordo com a “Voz do Dono” que apesar de ter um oceano de permeio faz escutar as suas ordens e desejos nesta Europa acobardada; sim, não é o medo que dita aos dirigentes europeus a sua posição e declarações, é a cobardia de quem se tornou incapaz de assumir atitudes independentes. Curiosamente até se permitem ouvir com ar sorridente as ameaças e quase insultos se não fizerem “os trabalhos de casa” a tempo e horas, como obedecer às normas que os seus Serviços Secretos e o Grande Complexo de Fabricação Militar quer impor nos contratos de aquisição dos equipamentos e armamentos não adquiridos ao “Patrão”. Somos confrontados neste momento com um dos períodos mais graves e de maior risco de conflito internacional que talvez se tenha vivido depois da II Guerra Mundial, e não estou a esquecer os vários momentos de quase confronto no período da Guerra Fria. O desenvolvimento de armas nucleares, tanto em número como em potência de deflagração, tem crescido e sobretudo cada vez mais um número maior de países abertamente assumem a sua posse, quer todos aqueles países e organizações



paramilitares internacionalmente conhecidas, mas que por vezes “não são reconhecidas” possuem essas armas mas negam-se a assumir tal poder militar. Não temos nem possibilidades de controlo nem capacidade de evitar que qualquer acto provocatório feito por uma grande potência ou realizado por qualquer outra pequena organização a “seu pedido”, venha a desencadear um confronto que poderá ser um verdadeiro holocausto, com dimensão e alastramento a grandes regiões do nosso globo. Quem tiver acompanhado as notícias internacionais publicadas por algumas fontes, quer nacionais quer estrangeiras que merecem crédito - e infelizmente são muito poucas - poderá constatar que o que acima menciono já está a ser praticado, embora felizmente ainda a um baixo nível. Retomando a linha inicial deste apontamento, quero deixar um apelo para que todos nós sintamos medo e responsabilidade por lutar pela paz e entendimento entre os povos e compreendam

que hoje em dia já não haverá conflitos localizados como no século passado. Não podemos nem devemos tolerar que a cobardia de alguns dirigentes e políticos permita que as populações que no dia a dia trabalham, produzem e enriquecem o seu país estejam a contribuir para gastos em actos ofensivos a outros povos muitas vezes em países bem distantes. Temos de pensar que neste momento já existe potencial destruidor nos arsenais de alguns países - até Europeus - que daria para acabar definitivamente com a vida humana sobre a Terra, e que só a ignorância e estupidez de alguns dirigentes permite afirmar que num grande conflito haverá vencedores, quando até a própria sobrevivência da nossa espécie começa a estar em causa.

A Luta dos professores em Portugal.

Uma lição de confiança.



Os professores são elementos essenciais em qualquer sociedade, principalmente numa onde o acesso à Educação seja uma condição de desenvolvimento e progresso. Sendo a profissão docente uma profissão onde se lida diariamente com jovens e famílias, ela é considerada essencial e, na maior parte das vezes, confiável e prestigiada.

É aos professores que é destinada a tarefa social de reproduzir os valores dominantes e a ideologia das sociedades. A Escola, como a conhecemos hoje, é desenhada para esta mesma transmissão e reprodução; ela não está desligada do valor que actualmente se atribui ao individualismo e à competição pelos melhores lugares. E, no entanto, é nesta mesma Escola que se cruzam professores e estudantes que, não existindo apenas neste espaço, vivendo num mundo

em confronto de ideias e valores, naturalmente trazem o contraditório.

Em Portugal, a luta dos professores por uma sociedade melhor e, consequentemente, por uma Escola melhor e mais democrática, é longa e reconhecida. Quem pode negar o papel que tiveram professores como Bento de Jesus Caraça, Óscar Lopes, Mário Dionísio, António Sérgio, Irene Lisboa ou Rómulo de Carvalho? Papel imprescindível, tanto no movimento antifascista em Portugal, como nos fundamentos de uma escola radicalmente diferente da que o país conheceu antes do 25 de Abril. Se as condições de vida e de trabalho de alunos e professores mudaram substancialmente a partir da Revolução, é certo que continua por construir a chamada “Escola de Abril” com que tantos ainda sonham: “Pública, democrática, gratuita, inclusiva e de qualidade para todos”.

As duas últimas décadas foram então particularmente destrutivas do que dela se conseguiu pôr em prática. No que toca às condições laborais dos professores, estamos com índices de precariedade na ordem dos 50%, de acordo com um estudo recente do Conselho Nacional de Educação (CNE). Temos milhares de

professoras (a maioria do sector) a adiar projectos de vida e a palmilhar centenas de quilómetros, de mochila às costas, no início de cada ano lectivo.

Os docentes portugueses têm, na sua larguíssima maioria, cursos superiores, sendo mesmo dos mais qualificados dos mundo. Os seus salários são equiparados a salários de profissionais com o mesmo tipo de qualificações; situam-se entre os 1000 e os 1900 euros. Num país em que o salário mínimo são 650, este talvez fosse um bom valor... Porém, são necessários 34 anos de serviço, divididos em dez escalões, para ir até ao valor máximo. E há professores que, colocados longe de casa, tendo horário incompleto, ou trabalhando em prolongamentos e AECs, nem chegam a auferir o salário mínimo nacional.

Nos escalões de topo da carreira estão apenas professores com 40 ou mais anos de serviço e 60 ou mais de idade. Estes são docentes que o Governo do PS impede de aposentar com duras penalizações financeiras, ao mesmo tempo que desperdiça gerações de jovens em que o país investiu.

Em 2016, apenas 1% dos professores das escolas do ensino básico e secundário portuguesas tinha menos de 30 anos, enquanto na OCDE representavam 11%. Já os docentes com pelo menos 50 anos eram 38% do total dos portugueses.

Os longos horários de trabalho são o

quotidiano de muitos professores. Embora as 35 horas estejam consagradas na Lei para toda a Função Pública, estas não são o tempo de trabalho dos docentes. Sobrepõem-se a carga burocrática, as tarefas de preparação das aulas que se acumulam pela deliberada confusão que o Ministério tem feito, as reuniões de avaliação, as grelhas e documentos infindáveis que os professores preenchem. Chegam aos sindicatos relatos de professores que trabalham 48 e 50 horas semanais, que sistematicamente recorrem a medicamentos e sofrem de ansiedade. Sucedem-se os estudos sobre “burnout na classe” vindos das áreas mais insuspeitas.

É precisamente a questão do horário, caro a qualquer trabalhador que exija tempo para o descanso, para a vida pessoal e familiar, que está na origem das greves realizadas ao “sobretabalho”, denunciando o esgotamento em que está grande parte da classe.

As greves às reuniões marcadas fora do horário para a sua realização tiveram uma grande adesão e prolongaram-se por vários meses, sempre com o apoio e a intervenção coerente da maior organização sindical de professores, a FENPROF. A contagem de todo o tempo de serviço na carreira, dos 9 anos, 4 meses e 2 dias não está ainda resolvida mas só continua na ordem do dia por causa da persistência

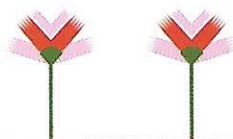
→ (cont.)

de milhares de professores em torno da reparação desta injustiça.

Neste difícil contexto, ao contrário do que se poderia pensar, as greves e manifestações pelas questões laborais foram mais além e foram milhares os professores que se envolveram solidariamente na organização da grande marcha pela escola pública em 2018, em Lisboa.

A luta dos professores, travada em condições adversas, é uma lição de confiança numa Escola melhor, onde os seus direitos sejam respeitados. Os professores que se envolveram e organizaram estas lutas com os seus sindicatos, acreditam que sairão vencedores. E não é simples a sua decisão quando muitas são as vozes que os incitam ao conformismo e ao individualismo, ou mesmo que os difamam, explorando a suposta diferença salarial ou conjunto de “regalias” que têm em relação a outros trabalhadores. Eles persistem, cravo na mão, pé na rua e sonho numa escola que seja a de Abril, como a sonharam tantos antes deles.

Anabela Laranjeira
Professora



PAGUE A SUA QUOTA!

A ACR vive da quotização dos seus associados.

Se já liquidou as suas quotas apresentamos o nosso agradecimento. Caso ainda o não tenha feito apelamos ao sentido associativo e pedimos que as liquide logo que lhe seja possível.

Cumprimentos associativos,

A Direção da ACR.

Formas de liquidação das quotas:

• Cheque ou vale postal, dirigido a:

Ass. Conquistas da Revolução
Rua Abel Salazar, 37A - R/C
1600-817 LISBOA

• Transferência bancária:

NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

• Depósito na conta da CGD:

2178029245630

(indicar como referência o vosso nome ou o número de sócio)



Associação Conquistas da Revolução

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro Design: Ana Neves

E-mail: acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt
www.conquistasdarevolucao.pt

DEPÓSITO LEGAL 360191/13